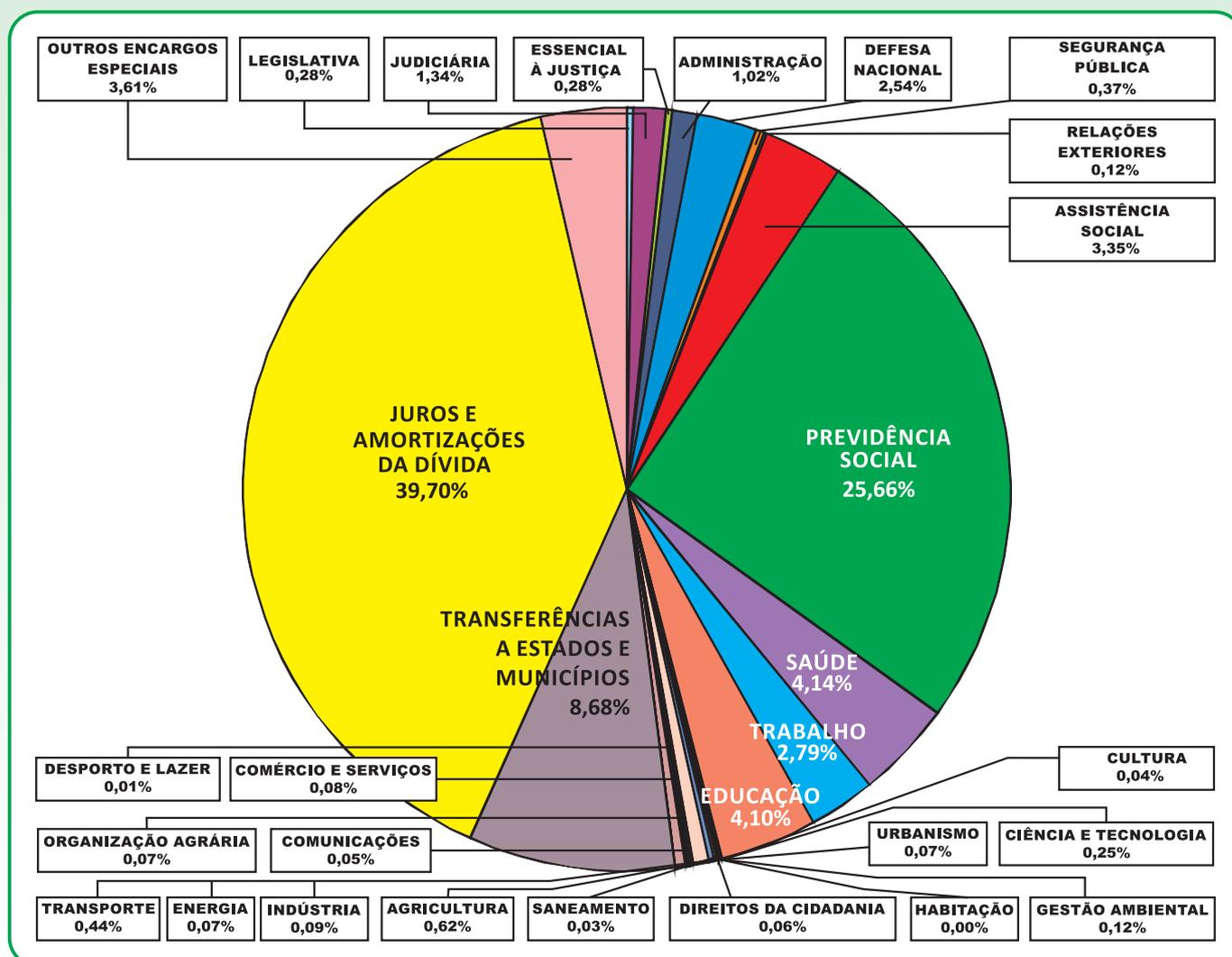


# A Dívida Pública é o centro dos problemas nacionais

Orçamento Federal Executado (Pago) em 2017 = R\$ 2,483 TRILHÕES

(O valor previsto aprovado para 2017 havia sido de R\$ 3,415 TRILHÕES, diferença a ser investigada)



Fonte: SIGA BRASIL – Senado Federal. Inclui o “refinanciamento” ou “rolagem” da dívida, pois o governo contabiliza neste item grande parte dos juros pagos. Para maiores detalhes, ver [www.auditoriacidada.org.br/mentirasverdades](http://www.auditoriacidada.org.br/mentirasverdades)

**A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL INTERNA SUPEROU R\$ 5 TRILHÕES EM 2017. COMO CHEGAMOS A ESSE PONTO? QUAL A LEGITIMIDADE DESTA DÍVIDA?** De 1995 a 2017, a Dívida “Interna” Federal explodiu, crescendo de R\$ 86 bilhões para R\$ 5 TRILHÕES, em decorrência dos **juros abusivos** e de **mecanismos financeiros obscuros**, que geram a chamada dívida pública e só favorecem ao setor financeiro. Até 2015, **a sobra de recursos (Superávit Primário) superou R\$ 1 TRILHÃO**, o que prova que a explosão dessa dívida não decorreu da falsa alegação de excesso de gastos sociais, como diz o governo para empurrar reformas que tiram direitos da população. **AUDITORIA DA DÍVIDA JÁ !!!**

**VOCÊ PAGA ESSA CONTA:** O SISTEMA DA DÍVIDA exige grandes somas de recursos para se alimentar. Por isso a população fica submetida a **cortes de investimentos sociais, contrarreformas** (como a Trabalhista, da Previdência), perda de patrimônio público por meio das **privatizações de estatais estratégicas** e da **exploração predatória do meio ambiente**, entre outras medidas que empurram o nosso país para inaceitável cenário de escassez, com alarmantes índices de desemprego, fome, miséria, falta de serviços públicos adequados e danos ambientais irreparáveis. Todos somos afetados, porque **estamos pagando uma conta que não é nossa**. O Sistema da Dívida tem impedido que alcancemos o desenvolvimento socioeconômico ambiental condizente com a imensa abundância que existe no Brasil.

# ESQUEMA FRAUDULENTO: Desvio da Arrecadação Tributária e aumento exorbitante da Dívida Pública compromete o futuro

O Senado Federal aprovou em dezembro de 2017 o PLS 204 (conheça os traidores: <https://goo.gl/s8XKSJ>) que agora está para ser votado na Câmara Federal como PLP 459/2017. Tal projeto visa “legalizar” esquema fraudulento que já está operando em alguns estados e municípios e gerando grandes danos. O projeto “legaliza” isso e amplia inclusive na esfera federal.

Novas empresas “estatais” de fachada são criadas para operar esse esquema fraudulento que desvia arrecadação tributária e contrai dívidas ilegais.

Recursos arrecadados dos contribuintes (nosso dinheiro), sequer chegarão aos cofres públicos, pois durante o seu percurso pela rede bancária será desviado e sequestrado em favor de bancos privilegiados.

Tal esquema tem sido questionado por órgãos de controle (TCU, TCE, MP de Contas etc.), pois contém abusos que

ferem a legislação de finanças, comprometem o orçamento público e irão inviabilizar em pouco tempo a manutenção dos serviços públicos, provocando graves danos à população e à economia como um todo. Esquema semelhante operou na Europa e comprometeu toda a economia do continente, afetando principalmente a Grécia. DENUNCIE !! Para saber mais: <https://goo.gl/FuBmPd>.

**PLP 459/2017**  
(PLS 204/2016 no Senado)  
**visa “legalizar”:**

- ✓ **Desvio de recursos arrecadados de contribuintes**
- ✓ **Contratação irregular de Dívida Pública**
- ✓ **Comprometimento do Estado com vultosas garantias e indenizações**
- ✓ **Transferência de propriedade (Alienação Fiduciária) do fluxo de arrecadação de tributos**
- ✓ **Desrespeito a toda a legislação de finanças do país**
- ✓ **Prejuízos financeiros aos cofres públicos**

**NÃO a esse ESQUEMA FRAUDULENTO mascarado de “Securitização de Créditos”**

## A DÍVIDA E A “PENÚRIA” DOS ESTADOS

O Sistema da Dívida se reproduz também nos estados e subtrai grandes somas de recursos, provocando a precarização dos serviços básicos à população (hospitais sucateados, comprometimento da educação, segurança, pagamentos atrasados a fornecedores e servidores etc.) além do crescimento das desigualdades sociais, semente dos desajustes sociais como o aumento da violência.

A penúria financeira dos estados tem levado a ações drásticas como a intervenção militar no Rio de Janeiro, além da entrega de patrimônio público. Será que precisaríamos ter chegado a esse ponto? Onde está a origem do problema? Desde a década de 90 os estados foram extremamente onerados com passivos de bancos que se transformaram em “dívida pública” (PROES); tiveram que renegociar essa “dívida” com a União em condições abusivas; perderam receitas de ICMS devido à lei federal que incentivou as exportações e ficou de indenizar os estados mas não cumpriu (Lei Kandir), e ainda tiveram que assumir diversas atribuições sem que os recursos correspondentes lhes fossem repassados.

No período de 1999 a 2015 os estados já pagaram R\$ 277 bilhões de juros e amortizações referentes à questionável dívida com a União. Apesar disso, a dívida explodiu, crescendo de R\$ 93 bi para R\$ 476 bilhões no período, conforme dados da Febrafite. A dívida foi paga 3 vezes e se multiplicou por 5 vezes!!! E a União continua impondo mais cortes de gastos aos estados e, ainda por cima, está incluindo a implantação do esquema de “Securitização de Créditos” nos “Planos de Recuperação Fiscal” de cada estado.

**A Auditoria da Dívida está prevista na Constituição de 1988, porém jamais foi realizada.**



**AUDITORIA  
CIDADÃ DA DÍVIDA**

**PARTICIPE DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA**

**MARÇO/2018**

**Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida**

SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar – Brasília/DF – CEP: 70.070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil  
Telefone (61) 2193-9731

E-mail: [contato@auditoriacidada.org.br](mailto:contato@auditoriacidada.org.br) - [auditoriacidada@gmail.com](mailto:auditoriacidada@gmail.com) - <http://www.auditoriacidada.org.br/>